

CIÊNCIAS JURÍDICAS:



Certezas, dilemas e perspectivas

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

2

CIÊNCIAS JURÍDICAS:



Certezas, dilemas e perspectivas

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

2

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências jurídicas: certezas, dilemas e perspectivas 2 /
Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-673-4
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.734212211>

1. Direito. 2. Leis. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner
Sousa de (Organizador). II. Título.

CDD 340

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Em **CIÊNCIAS JURÍDICAS: CERTEZAS, DILEMAS E PERSPECTIVAS 2**, coletânea de vinte e um capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade.

Temos, no presente volume, quatro grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam estudos em criminologia e direito penal; estudos sobre as violências; estudos em direito do trabalho; além de estudos sobre justiça.

Estudos em criminologia e direito penal traz análises sobre abolicionismo penal, justiça restaurativa, sistema penal brasileiro, estatuto da criança e do adolescente, prostituição feminina, crimes cibernéticos, advocacia criminal, importunação sexual, tribunal do júri, execução provisória da pena e princípio da inocência.

Em estudos sobre as violências são verificadas contribuições que versam sobre violência de gênero, perspectiva decolonial, violência doméstica, escuta qualificada e abuso sexual.

Estudos em direito do trabalho aborda questões como igualdade laboral, direito fundamental ao trabalho, isonomia, feminismo, reforma trabalhista, custas processuais e justiça gratuita.

No quarto momento, estudos sobre justiça, acesso e eficiência, temos leituras sobre judiciário eficiente e eficaz, demandas repetitivas, justiça militar e ampliação de competência, serventias extrajudiciais e mediação.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ABOLICIONISMO PENAL E JUSTIÇA RESTAURATIVA: UM HORIZONTE PARA ALÉM DO SISTEMA CRIMINAL

Marina Della Méa Vieira


Ester Eliana Hauser

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7342122111>

CAPÍTULO 2..... 14

SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO - UM MODELO DE GENOCÍDIO VELADO


Saulo Rogério de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7342122112>

CAPÍTULO 3..... 30

JUSTIÇA RESTAURATIVA E O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: DOIS PROJETOS PARANAENSES

Leticia Pacher


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7342122113>

CAPÍTULO 4..... 45

A PROSTITUIÇÃO FEMININA E O DIREITO: “SE ACASO ME QUISESERES, SOU DESSAS MULHERES QUE SÓ DIZEM SIM?”

Roberta Carreira Trazzi

Isael José Santana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7342122114>

CAPÍTULO 5..... 57


CRIMES CIBERNÉTICOS E OS IMPACTOS DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA ADVOCACIA CRIMINAL

Alana Coutinho Pereira

Gricyella Alves Mendes Cogo

José Carlos Cordeiro Gomes

Letícia Silva Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7342122115>

CAPÍTULO 6..... 65

A EFICIÊNCIA DA LEI 13.718/18: A IMPORTUNAÇÃO SEXUAL FRENTE ÀS DISCREPÂNCIAS DO CÓDIGO PENAL

Giovanna Oliveira Felício

Lucélia Keila Bitencourt Gomes

João de Deus Carvalho Filho


Ivonalda Brito de Almeida Moraes

Luana da Cunha Lopes

Renata Rezende Pinheiro Castro

Leila Fontenele de Brito Passos

Ranielson Douglas Oliveira Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7342122116>

CAPÍTULO 7..... 73

TRIBUNAL DO JÚRI: UM ESTUDO VISANDO A MELHORIA DO CONSELHO DE SENTENÇA


Bárbara Lemos Dutra

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7342122117>

CAPÍTULO 8..... 86

A EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA E A LIMITAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INOCÊNCIA NO BRASIL

Bruno Rafael Alves Aguiar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7342122118>

CAPÍTULO 9..... 99

AS DIVERSAS DENOMINAÇÕES DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO: PERSPECTIVA DESCOLONIAL

Ana Claudia da Silva Abreu

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7342122119>

CAPÍTULO 10..... 114

JUSTIÇA RESTAURATIVA EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

Renata Andréa Nunes Vidal

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.73421221110>

CAPÍTULO 11..... 119

A ESCUTA QUALIFICADA NO CICLO DA VIOLÊNCIA NA CASA DA MULHER BRASILEIRA

Keyla Pereira dos Reis

Elaine Cristina Vaz Vaez Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.73421221111>

CAPÍTULO 12..... 134

AS MÚLTIPLAS ABORDAGENS E A REPERCUSSÃO DO ABUSO SEXUAL NA OBRA O MISTÉRIO DAS BONECAS DE PORCELANA

Weslyanny Keycy Neris Batista

Adriano José Sousa Santos

Rosália Maria Carvalho Mourão







 <https://doi.org/10.22533/at.ed.73421221112>

CAPÍTULO 13..... 139

¿EXISTE IGUALDAD LABORAL PARA LAS MUJERES EN MÉXICO?

Rosana González Torres

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.73421221113>

CAPÍTULO 14	147
A TRABALHABILIDADE DO TELETRABALHADOR: UMA ANÁLISE A PARTIR DO NÚCLEO ESSENCIAL DO DIREITO FUNDAMENTAL AO TRABALHO	
Denise Pires Fincato Andressa Munaro Alves	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.73421221114	
CAPÍTULO 15	162
O DIREITO DO TRABALHO E A BUSCA DAS MULHERES POR ISONOMIA: UMA ANÁLISE EM CONFORMIDADE COM AS ONDAS DO FEMINISMO	
Fernanda Xavier de Souza Eduardo Cavalca Andrade Marcia Schlemper Werneke Camila Stefanos Oselame	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.73421221115	
CAPÍTULO 16	179
REFORMA TRABALHISTA E A COBRANÇA DE CUSTAS PROCESSUAIS AOS BENEFICIÁRIOS DA JUSTIÇA GRATUITA NO BRASIL	
Paulo Sérgio de Almeida Corrêa Rose Melry Maceió de Freitas Abreu Joniel Vieira de Abreu	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.73421221116	
CAPÍTULO 17	192
ALGUMAS IDEIAS PARA UM JUDICIÁRIO EFICIENTE E EFICAZ: UMA VISÃO PRÁTICA, SISTÊMICA E REPUBLICANA	
Ricardo Tannenbaum Nuñez	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.73421221117	
CAPÍTULO 18	211
O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DAS DEMANDAS REPETITIVAS OPERA COMO INSTRUMENTO DE ACESSO A JUSTIÇA?	
Maria Caroline da Silva Taynara Firmo Ramos Melo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.73421221118	
CAPÍTULO 19	224
A JUSTIÇA MILITAR E SUA AMPLIAÇÃO DE COMPETÊNCIA POR MEIO DAS INOVAÇÕES APRESENTADAS PELA LEI 13.491/2017	
Paulo Sérgio Alves	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.73421221119	
CAPÍTULO 20	237
AS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS E A RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS	
Érika Silvana Saquetti Martins	

Andreza Cristina Baggio


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.73421221120>

CAPÍTULO 21.....255

A MEDIAÇÃO COMO MEIO DE ACESSO À JUSTIÇA: UMA VISÃO MULTIPORTAS

Diane Brunoro Lyra

Bruna Loss Nascimento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.73421221121>

SOBRE O ORGANIZADOR.....267

ÍNDICE REMISSIVO.....268

¿EXISTE IGUALDAD LABORAL PARA LAS MUJERES EN MÉXICO?

Data de aceite: 01/11/2021

Rosana González Torres

Rosana González Torres es profesora investigadora en la Facultad de Derecho de la Universidad Autónoma de Baja California, México y Candidata a Doctora por la Universidad de Castilla-La Mancha, España

RESUMEN: En este artículo se presentan los resultados de una investigación llevada a cabo por la Facultad de Derecho de la UABC en la que se evidencia que, a pesar de que se ha tratado de enmarcar los derechos de las mujeres para su protección en la constitución mexicana y en sus leyes reglamentarias, para participar en la vida económica del país, se ha pasado por alto que la ley puede ir por un lado y las costumbres por el otro. El problema de violación a los derechos de las mujeres en el campo laboral, existe de manera práctica en todo el territorio nacional y tanto la federación como las entidades federativas han replicado las violaciones a sus derechos, simulando igualdad y protección a las mujeres.

PALABRAS CLAVE: Derechos de las mujeres e igualdad laboral.

IS THERE LABORAL EQUALITY TO THE WOMEN IN MEXICO?

ABSTRACT: This article presents the results of an investigation carried out by the Faculty of Law of the UABC in which it is evidenced that, despite the fact that it has tried to frame

the rights of women for their protection in the Mexican constitution and in its regulatory laws, to participate in the economic life of the country, it has been overlooked that the law can go one way and customs the other. The problem of violation of women's rights in the labor field exists practically throughout the national territory and both the federation and the states have replicated the violations of their rights, simulating equality and protection of women.

KEYWORDS: Women's rights and labor equality.

INTRODUCCIÓN

Los valores jurídicos más importantes de una comunidad son producto de su propia historia y constituyen una síntesis de acuerdos y consensos que se elevan a categoría de fines del estado.

Una constitución contiene los valores culturales, principios políticos y normas jurídicas creadas a lo largo de los acontecimientos históricos de un país. La ideología de la constitución es parte de la identidad nacional y define el proyecto de nación.

La sociedad mexicana plasmo en su carta fundamental de 1917, uno de sus valores máspreciado: la protección a la mujer.

En el artículo cuarto establece el derecho de igualdad entre hombre y mujer, para luego hacer la diferencia y salvaguardar en el artículo 123 los derechos de solidaridad con las mujeres embarazadas y con el cuidado de sus hijos.

La sociedad mexicana tuvo que pasar

por etapas históricas difíciles, para comprender que las mujeres también formamos parte de esta sociedad.

A lo largo de la historia siempre aparecen los grandes personajes femeninos que decidieron con su vida y su actitud los senderos a seguir. Tenemos a La Malinche, guiando a Hernán Cortes en la Conquista, a Josefa la Corregidora, conspirando la independencia o aquellas soldaderas y revolucionarias que viajaron con la canana y su rifle a cuestas a lo largo del país en la lucha armada de 1910, apoyando la revolución. (VALERO, 2006; TUÑÓN, 1997; ROCHA, 1991), y cuando se convoca al Congreso constituyente de 1917, vemos que no figura ningún personaje femenino, a pesar de que su participación activa en la revolución fue determinante.

Una vez más, las mujeres, fueron excluidas de la posibilidad de ejercer su derecho a participar en la esfera política, económica y social.

Sin embargo, hay que decir, que los estados modernos, fueron cimentados sobre la base de individuos libres e iguales, “No obstante, no todos los humanos accedieron a este reconocimiento, las mujeres adquirieron la categoría de ciudadanas —sujetas de derecho, libres e iguales— hasta mediados del siglo XX, cuando en 1948 se reconocieron todas las categorías de “*lo humano*” en la Declaración Universal de los Derechos Humanos. (FARIAS, 1988)

Solo hasta entonces, los países iniciaron el proceso para reconocer a las mujeres como *individuos*, en su sistema jurídico-normativo, con plenos derechos para establecer vínculos y participar en el sistema político, para integrarse a organizaciones o partidos políticos, para competir por el poder de elección popular, para elegir a sus gobernantes o bien para agruparse con otros en la obtención o logro de un bien común”.

El primer país en reconocer los derechos femeninos, fue Nueva Zelanda en 1893 y el último Kuwait en 2005.

Existen 5 países en el mundo donde las mujeres tienen derechos parciales como: Arabia Saudí, Brunéi, Líbano y Emiratos Árabes Unidos y solamente uno en donde simplemente no existe su presencia, me refiero al Vaticano.

Tenemos un mundo donde las mujeres somos mayoría y como mayoría ésta presencia femenina debe plasmarse.

Por lo anterior, este trabajo trata de demostrar que, las mujeres como fuerza laboral, son extraordinariamente útiles, pero económicamente inconvenientes por su propia naturaleza. Su maternidad.

DESCRIPCIÓN DEL MÉTODO

En el presente escrito se ha utilizado el método deductivo ya que se parte de lo general en cuanto a normatividad, a lo específico en el uso de los instrumentos de política laboral. Se revisó la normativa internacional, así como la legislación laboral mexicana

pertinente, partiendo de la Constitución, la Ley Federal del Trabajo y las Normas Mexicanas específicas al caso.

En Europa y en América Latina existe la prohibición de los exámenes de ingravidez para contratar mujeres en los centros de trabajo, sin embargo, en México, a pesar de que también se cuenta con dicha prohibición, lamentablemente no ha impactado en los hechos y se sigue discriminando a las mujeres por su propia naturaleza.

TEXTO PRINCIPAL

En México la participación de la mujer en todos los ámbitos de la economía, la política y de alta responsabilidad, ha aumentado progresivamente, sin embargo, el proceso ha sido lento y desigual, muy desigual.

De acuerdo a la Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo (ENOE), para el segundo semestre de 2019, la tasa de participación económica de las mujeres de 15 años y más, es de 44.9%, mientras que para los hombres es de 77.1%. Entre las mujeres de 15 a 19 años, la tasa de participación económica es de 20.4% y el 41.1% en los hombres adolescentes, mientras que la tasa más elevada para las mujeres es de 58.6% en el grupo de los 30 a los 49 años de edad. En los hombres de este grupo de edad es de 95.1%. y las mujeres de 60 años y más, la tasa de participación económica es de 21.4%, por 48.8% de los hombres.

ENCUESTA NACIONAL DE OCUPACIÓN Y EMPLEO (ENOE) 2019

Edad	Mujeres	Hombres
15 y más	44.9 %	77.1%
15 a 19	20.4%	41.1%
30 a 49	58.6%	91.1%
60 y más	21 %	48.8%

En promedio, la retribución económica mensual de un hombre es de 5,825 pesos, mientras que la de la mujer es de 5,029 pesos, lo cual da como diferencia 796 pesos menos en el sueldo del sector femenino. Isac M. Kats explica esta desigualdad señalando que la diferencia que el empresario descuenta a las mujeres, es una bolsa de ahorro destinada a cubrir los pagos por maternidad y permisos por cuidado y atención de los hijos y adultos mayores que recaen, casi siempre, en las mujeres. (KATS, 2005)

¿A pesar de que las mujeres mexicanas tienen derechos conquistados y plasmados en la ley y que el Estado mexicano contribuye dando servicios de cuidado infantil, educación preescolar y de atención a adultos mayores, así como escuela con horarios extendidos, ¿Por qué motivo, aún existe la desigualdad laboral entre hombres y las mujeres? La ley,

algunas veces, va por un lado y la realidad por el otro.

Marco jurídico internacional

En el marco jurídico internacional del cual México forma parte, de acuerdo al artículo 1ro de la Constitución y el 133 que señalan que los tratados internacionales son parte integrante de la ley suprema de la Unión y se ubican jerárquicamente por encima de las leyes generales, federales y locales, el Estado mexicano reconoce y protege los derechos laborales de las mujeres a través de los instrumentos vinculantes y no vinculantes. Protocolos y Pactos a través de los cuales el Estado se obliga a cumplir con una serie de principios plasmados y que podría decirse, son de cumplimiento obligatorio.

Entre los instrumentos internacionales vinculantes, tenemos a la Declaración de Derechos Humanos, la cual reconoce el derecho al trabajo como un derecho humano y establece los principios básicos que debe regir el empleo como: libertad de trabajo, condiciones equitativas y satisfactorias, prohibición de discriminación alguna, a igual salario por trabajo igual. En ese mismo sentido, tenemos los Pactos Internacionales que establecen mecanismos de tutela y garantías de los derechos reconocidos por el propio Pacto.

En 1966, la Asamblea General de la ONU adoptó dos instrumentos jurídicos de protección de derechos humanos: el Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales y el pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos que conforman el sistema universal de protección de los derechos humanos. Este instrumento internacional, organizado a partir de cuatro ejes: trabajo, educación, nivel de vida adecuado y cultura, señala que los Estados partes, deben tomar medidas para asegurar a las personas el goce de condiciones de trabajo equitativo y satisfactorio que garanticen una remuneración que proporcione como mínimo un salario equitativo e igual trabajo para las mujeres y los hombres sin distinción de género.

En este orden de ideas, el Pacto internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales (PIDESC), creó un Comité para la Eliminación de la Discriminación Contra la Mujer (COCEDAW), encargado de utilizar mecanismos de protección llamados Informes periódicos, dando cuenta de la situación que guardan los derechos humanos reconocidos por el Pacto.

En este mismo sentido, los miembros de la Convención sobre la Eliminación de todas las Formas de Discriminación contra la Mujer (CEDAW), se obligaron a prohibir el despido por embarazo o por ejercer licencia por maternidad (CEDAW 1986-1999). Además, el Comité para la Eliminación de la Discriminación Contra la Mujer (COCEDAW) hizo recomendaciones al gobierno mexicano (Recomendación 2002, 2006), en relación al trabajo de las mujeres, señalando la necesidad de aplicar el principio de igual remuneración por trabajo de igual valor, a fin de superar la discriminación por sexos y adopte las reformas necesarias a su ley interna para garantizar la participación de la mujer en el mercado

laboral en un plano de igualdad real con los hombres y sobre todo, no seguir exigiendo a las mujeres el certificado de no gravidez para contratarlas o para mantenerlas en su empleo.

Por otro lado, la Organización Internacional del Trabajo (OIT), otro de los pilares de los derechos laborales de las mujeres, emitió los Convenios 100, 111 y 183 relativos a la igualdad de remuneraciones y discriminación de la mano de obra femenina, así como la igualdad de oportunidades y de trato entre trabajadores y trabajadoras, los dos primeros sobre la protección de la maternidad, el tercero, específicamente la de garantizar que la maternidad no constituya una causa de discriminación en el empleo.

En relación a los instrumentos no vinculantes en el marco político acordado, que no son, en sentido estricto, normas obligatorias para los estados, pero reflejan principios que estos acuerdan en el momento de suscribirlos y que de alguna manera, representan obligaciones y compromisos morales, tenemos la Cuarta Conferencia de la Mujer celebrada en Beijing en 1995 «La declaración de Beijing» la cual reconoce que la participación de la mujer va en aumento como fuerza laboral y pide a los estados adoptar leyes que garanticen, entre algunos derechos laborales importantes para la igualdad entre el hombre y la mujer en el campo laboral, eliminar las prácticas discriminatorias de los empleadores, tales como la no contratación o despido de mujeres embarazadas o exigir pruebas de utilización de anticonceptivos.

Marco jurídico nacional

México forma parte del marco jurídico internacional y de acuerdo con los principios de progresividad en materia de derechos humanos, ha armonizado su derecho de acuerdo a los tratados y convenciones internacionales.

En ese orden de ideas, los artículos 1ro y 133 de la Constitución mexicana, establecen que, los tratados internacionales son parte integrante de la ley suprema de la Unión y se ubican jerárquicamente por encima de las leyes generales, federales y locales, por lo que, el Estado mexicano reconoce y protege los derechos laborales de las mujeres a través de los instrumentos vinculantes y no vinculantes.

Tratándose de la materia laboral, México reconoce y ha firmado los acuerdos de la Organización Internacional del Trabajo (OIT), y a instancias de las recomendaciones de este organismo, en 2003, el Gobierno mexicano sugería a los patrones no solicitar el certificado de ingravidez para contratar mujeres en los centros de trabajo, a través de los acuerdos no obligatorios que llevó a cabo la Secretaría del Trabajo y Previsión con diversas asociaciones empresariales y asociaciones de mujeres profesionales en el estado de Aguascalientes, Sonora, Coahuila y Durango para mejorar las condiciones laborales de las mujeres, (OIT /Centro Interamericano para el Desarrollo del Conocimiento en la Formación Profesional 2003), luego en 2009, se creó la Norma Mexicana para la Igualdad entre Hombres y Mujeres NMX-R.025-SCFI-2009, y posteriormente en noviembre de 2012, se reformó la Ley Federal del Trabajo en su artículo 133 fracción XIV, para prohibir a los

patrones categóricamente, la prueba de ingravidez como requisito para contratar mujeres en los centros de trabajo o para condicionar su ascenso laboral, sin embargo, a pesar de que existe la protección legal, ¿porque sigue persistiendo la desigualdad entre hombres y mujeres en el campo laboral?

COMENTARIOS FINALES

En toda la tradición clásica, desde Aristóteles hasta Hobbes, desde Locke hasta buena parte de la ilustración, la tesis de la igualdad ha sido siempre sostenida mediante argumentos que se basan en la teoría racional de los derechos naturales: «*Si la naturaleza ha hecho iguales a los hombres, esta igualdad debe ser reconocida; si les ha hecho desiguales, puesto que se pelearán por el poder, es necesario para lograr la paz, que se consideren como iguales*» decía Hobbes (ALVAREZ LEDEZMA, 2010)

En el derecho mexicano, la igualdad es un valor jurídico de elevado rango y es, quizá, el principio jurídico más importante (DE LA CUEVA, 1974)

La constitución mexicana garantiza la igualdad de mujeres y hombres y es que las constituciones contemporáneas buscan mecanismos que puedan otorgar a todos los ciudadanos los mismos derechos y garantías «Todos somos iguales ante la ley (igualdad jurídica)», pero cuando hablamos que las mujeres son diferentes a los hombres desde el punto de vista biológico, estamos hablando de una desigualdad formal. Luigi Ferrajoli señala que hay que diferenciar la igualdad jurídica de la igualdad sexual. (FERRAJOLI, 2010) y es que, la igualdad en un término normativo: quiere decir que los diferentes deben ser respetados y tratados como iguales; y que siendo esta una norma, no es suficiente enunciarla, sino que es necesario actuarla, observarla, garantizarla y sancionarla (FERRAJOLI, 2010)

Un derecho fundamental dice Carbonell- son aquellos que están consagrados en la Constitución, es decir, en el texto que se considera supremo dentro de un sistema jurídico determinado; por ese solo hecho y por el propio texto constitucional los dota de un estatuto jurídico privilegiado. (CARBONELL, 2012), y si su protección no se encuentra consagra en la carta magna, podemos invocar al bloque de constitucionalidad. (BIDART CAMPOS, 1995), pero eso es la doctrina, los hechos, la vida diaria de las mujeres, van por el otro lado de la ley.

A 47 años desde que la Constitución reconoció en el artículo 4to. la igualdad entre el hombre y la mujer y en el 123 A) fracc. VII, para trabajo igual, corresponderá salario igual sin tener en cuenta sexo ni nacionalidad, las mujeres tienen un salario inferior que los hombres: a casi 9 años de que se prohibió en la Ley Federal del Trabajo que los patrones exigieran certificado médico de no embarazo para contratar, para condicionar su permanencia en el empleo o para darles un ascenso a las mujeres, y a 15 años de que la OIT emitiera sus Recomendaciones al Estado mexicano para que terminara con

la discriminación contra las mujeres, en las plantas maquiladoras, se les exigen pruebas de embarazo, se les niega licencias y otros derechos legales vinculados a la maternidad o se les obliga a las mujeres embarazadas a enfrentar condiciones de trabajo riesgosas y difíciles para disuadirlas de continuar trabajando y se sigue solicitando de manera regular el certificado de no embarazo como un requisito para continuar en el trabajo, para ascender en el empleo o para contratar a una mujer.

Como vemos, el derecho va por un camino y la realidad de los derechos laborales para las mujeres, por otro.

REFERENCIAS

ÁLVAREZ LEDESMA, Mario I. *Introducción al estudio del derecho*. Ed. McGraw Hill. México. 2010.

BIDART CAMPOS Germán, *El derecho de la Constitución y su fuerza normativa*. Ed. Comercial, Industrial y Financiera. Buenos Aires, 1995

CARBONELL, Miguel, *Los derechos fundamentales en México*, Ed. Porrúa, México 2012

DE LA CUEVA, Mario: «Prologo» en *Declaración de los Derechos sociales y Congreso Iberoamericano de derecho del Trabajo y Previsión Social*. México 1974.

FERRAJOLI, Luigi: «El principio de la igualdad y la diferencia de género». *En Debates constitucionales sobre los derechos humanos de las mujeres*. CRUZ PARCERO, Juan A y VÁZQUEZ Rodolfo (Coordinadores). Ed. Fontamara-Suprema Corte de Justicia de la Nación, México. 2010.

TUÑÓN, Julia, *Mujeres en escena: De la tramoya al protagonismo*, Ed. Miguel Ángel Porrúa-PUEG-UNAM-ECOSUR, México 1997

ROCHA, Martha Eva, «*El Álbum de la mujer, antología ilustrada de las mexicanas*», Vol. IV, *El porfiriato y la revolución*, Instituto Nacional de Antropología e Historia, México, 1991.

VALERO SILVA, José, *Estudios de Historia moderna y contemporánea de México*. Ed. UNAM-Instituto de investigaciones Históricas. Vol. II México 2006.

FARIAS MACLEY, Ma. Emilia, «*La participación de la mujer en la política*». *México 75 años de revolución* Ed. FCE, México 1988

KATZ, M, Isaac, *La Constitución y el desarrollo en México*, Ed. Cal y Arena, México 2005

CPEUM: interpretación de la SCJN, tesis publicada en el Semanario Judicial de la Federación y su Gaceta 6 de abril de 2002.

Ley Federal del Trabajo

Declaración Universal de los Derechos Humanos, sociales y 1948. www.un.org

Pacto Internacional de los Derechos Económicos, Sociales y Culturales de 1966. www.unwomwn.org

Organización de las Naciones Unidas. Recomendaciones Generales del COCDDAW 36 Periodo de Sesiones, agosto 2006.

ONU MUJERES, México

Organización Mundial del Trabajo. Convenios 100, 111 www.ilo.org

Organización Internacional del Trabajo, Convenio 183 sobre protección de la maternidad, que revisa el Convenio sobre la protección de la maternidad de 1952 www.ilo.org

Plataforma de Acción de Beijín, suscrita en 1995 en el marco de la Cuarta Conferencia de la Mujer www.un.org

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abolicionismo penal 1, 5, 6, 7, 12

Abuso sexual 134, 135, 136, 137, 138

Acesso 12, 13, 27, 28, 29, 32, 43, 55, 56, 63, 64, 71, 72, 81, 84, 112, 114, 120, 121, 122, 128, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 159, 160, 161, 165, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 198, 202, 205, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 234, 235, 236, 238, 239, 240, 243, 244, 246, 247, 251, 252, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266

Advocacia criminal 57, 58

C

Ciências jurídicas 57, 77, 222

Competência 18, 32, 35, 73, 74, 75, 91, 197, 205, 208, 215, 216, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 249

Crimes cibernéticos 57, 58, 59, 64

Criminologia 1, 6, 7, 12, 45, 49, 53

Custas processuais 179, 181, 184, 186, 187, 188, 189, 190, 213, 214

D

Demandas repetitivas 211, 212, 213, 214, 215, 217, 219, 220, 221, 222, 247

Direito do trabalho 57, 147, 149, 153, 155, 160, 162, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 173, 175, 177, 211, 244

Direito fundamental ao trabalho 147, 148, 151, 152, 153, 155, 158, 160

Direito penal 3, 7, 13, 17, 28, 29, 30, 57, 73, 83, 84, 114, 116, 117, 138, 162, 196, 200, 201, 224

E

Eficiência 61, 65, 66, 67, 70, 127, 194, 200, 203, 234, 239, 240, 250, 252, 257

Escuta qualificada 119, 121, 124, 125, 126, 130, 131, 132

Estatuto da criança e do adolescente 30, 31, 33, 34, 35, 42, 43, 44, 137

Execução provisória da pena 86, 87, 88, 89, 90, 92, 94, 95

F

Feminismo 45, 47, 51, 52, 54, 99, 107, 112, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 171, 172, 174, 176, 177, 178

I

Importunação sexual 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72

Isonomia 162, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 173, 175, 176, 177, 181, 188, 189, 190, 211, 213, 215, 217, 218, 220

J

Judiciário 10, 21, 23, 39, 58, 60, 61, 62, 63, 75, 83, 86, 88, 91, 92, 94, 95, 114, 115, 117, 118, 120, 128, 129, 179, 181, 182, 183, 184, 186, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 198, 199, 200, 201, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 229, 230, 237, 238, 239, 240, 242, 244, 245, 246, 247, 250, 251, 252, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264

Justiça 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 18, 22, 24, 27, 30, 39, 40, 42, 43, 44, 49, 50, 52, 54, 55, 65, 68, 75, 76, 79, 80, 81, 83, 87, 88, 89, 94, 95, 98, 114, 115, 116, 118, 121, 122, 127, 129, 152, 154, 159, 160, 161, 165, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 199, 200, 201, 203, 205, 206, 207, 208, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 244, 246, 247, 248, 249, 251, 252, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266

Justiça gratuita 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191

Justiça militar 224, 225, 226, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236

Justiça restaurativa 1, 5, 9, 10, 11, 12, 13, 30, 39, 40, 42, 43, 114, 115, 116, 118

M

Mediação 9, 39, 40, 41, 43, 114, 115, 116, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266

P

Perspectivas 3, 7, 53, 112, 152, 154, 158, 176

Princípio da inocência 86, 87, 88, 93, 95

Prostituição feminina 45

R

Reforma trabalhista 153, 179, 180, 181, 183, 185, 187, 189, 191

S

Serventias extrajudiciais 237, 248, 251

Sistema penal brasileiro 17, 18, 19, 48

T

Tribunal do júri 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 83, 84, 85, 225, 226, 227, 228, 234, 235

V

Violência de gênero 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 110, 111, 112, 117, 122

Violência doméstica 69, 99, 100, 103, 104, 105, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 130, 132, 133


Violências 1, 5, 7, 49, 52, 100, 104, 105, 106, 108, 110, 111, 113, 135, 172

CIÊNCIAS JURÍDICAS:





Certezas, dilemas e perspectivas 2

Atena
Editora
Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 


www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


CIÊNCIAS JURÍDICAS:




Certezas, dilemas e perspectivas 2

Atena
Editora
Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 